

ATA DA 055ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação o Brasil é o segundo maior produtor mundial de banana. Aproximadamente temos uma área plantada de mais de 500 mil hectares, e a banana cultura está espalhada por quase todos os estados brasileiros; notadamente são cultivadas em pequenas propriedades.

Santa Catarina se destaca muito na plantação de banana tanto na região norte quanto sul. Segundo dados do ministério do Trabalho e Emprego, o cultivo da banana gera aproximadamente 500 mil empregos diretos, sendo distribuídos em salários

diretos aos trabalhadores rurais em torno de R\$ 7,65 bilhões. A bananicultura gera uma infinidade de empregos diretos ou indiretos em todo Brasil.

Em Santa Catarina, nas cidades de Corupá, Luiz Alves, Massaranduba, Garuva, os agricultores vivem praticamente da plantação de banana, ou seja, em algumas regiões do Brasil é a única atividade econômica que move os mercados locais.

A bananicultura desenvolvida, hoje, no Equador é explorada por um pool de empresas estrangeiras, que dominam o mercado mundial no comércio de bananas e que deixam de absorver bananas de países da América Latina. Esses países estão pressionando, de certa maneira, o governo brasileiro a importar, a fazer importação de bananas. Inclusive, agora, a presidente Dilma Rousseff já autorizou, através de um decreto presidencial, a importação de bananas do Equador para o Brasil.

Infelizmente, pelo preço dos implementos, pelo preço dos fertilizantes, pelo preço do combustível, pelo preço dos tratores, enfim, de tudo que se usa na plantação de bananas, nós temos um custo de produção. E especificamente o Equador, onde o custo de produção sendo menor acaba gerando uma competição desleal com os nossos produtores.

Há décadas plantamos bananas. Santa Catarina tem uma produção muito grande. E temos a preocupação com essa atitude de permitir a importação de volumes grandes desse produto no mercado nacional, o que vai desestabilizar inúmeros produtores. E como dissemos, para muitas famílias essa é a única produção que vendem e que gera ainda um volume grande, porque são mais de R\$ 7 bilhões que essa cultura move no Brasil.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Serafim Venzon.

O nosso mandato, preocupado também com essa questão, buscou informações no ministério da Agricultura, até porque fomos procurados pelos bananicultores, principalmente da região norte do

nosso estado, Corupá, onde há uma grande cooperativa. E a informação dada é que a questão da importação da banana do Equador tem dois problemas, um que eles resolveram todas as questões sanitárias, mas eles não têm um preço competitivo com o Brasil e por isso não vai importar a banana porque ela é mais cara do que a dos nossos produtores, a que temos aqui. E a outra questão é que o Equador não tem uma produção suficiente para exportar banana.

Então, essa foi a resposta do ministério da Agricultura, que passamos para os bananicultores. Essa preocupação já é de algum tempo, desde o ano passado. Mas, agora, o ministério da Agricultura detectou a questão de preço e que eles não têm produção suficiente para exportar banana.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

De qualquer maneira, é importante que se somem essa atitude do ministério para, justamente, apoiar o nosso produtor, vindo principalmente por causa de alguns acordos internacionais. Se não conseguirmos impedir a entrada desse produto no Brasil, pelo menos facilitemos a produção, diminuamos os custos de produção, porque isso melhorará a competitividade do nosso produtor.

Aqui em Santa Catarina visitei vários produtores e verifiquei que conseguimos produzir a banana com alta qualidade, a qual pode ser colocada em qualquer mercado internacional. Assim, permitir a importação desse produto, no caso do Equador ou de qualquer outro país da América Latina que também produza banana, sem dúvida nenhuma, vai:

- contribuir para eliminar e destruir a bananicultura nacional;

- aumentar mais ainda o último êxodo rural, inflando as cidades, sem nenhuma infraestrutura para absorver os excluídos do campo;

- impossibilitar a inclusão desses trabalhos imediatamente no mercado de trabalho;

- causar desequilíbrio econômico financeiro nas regiões produtoras no Brasil;

- aumentar imediatamente a transferência de rendas dos programas governamentais para os trabalhadores excluídos.

Portanto, vai aumentar ainda mais a lista do programa Bolsa Família e de pessoas que ficam sem o seu apoio financeiro para poder sobreviver.

Impor aos brasileiros o consumo de bananas do Equador, fruta que está sendo produzida aqui no Brasil com uma qualidade técnica e sanitária boa, justamente evitando o excesso de fertilizantes, vamos perder esse controle na produção de bananas. E ainda entrará aqui, se o ministério permitir, a banana transgênica, cujo efeito desconhecemos.

Assim, trago o apoio do nosso partido, PSDB, o dos parlamentares desta Casa, de famílias catarinenses que são produtoras de banana e como tal contribuem enormemente com a economia de Santa Catarina.

O deputado José Milton Scheffer, no ano passado, adentrou nesta Casa com uma lei apoiando os produtores de banana, para que os mesmos vendam a banana não por caixas, mas, sim, por quilo, como normalmente é comprada ou vendida nos supermercados.

O mercado vende a banana a quilo, mas comprava dos produtores em caixas. Normalmente a caixa que era para ter 20 quilos tinha 22kg, 23kg, justamente para não correr o risco de uma caixa ter o peso abaixo de 20kg, porque o intermediário exigia que no mínimo fossem 20kg. Então, para acertar o tal peso, sempre acabavam colocando um pouco mais, e isso significava uma perda de 10%, um volume grande na produção do ano para aquele produtor. Então, aquele projeto veio facilitar essa atividade, esse mercado.

Depois, fizemos um projeto estendendo essa ideia para outros produtos, para facilitar outros produtores rurais, enfim, para assegurar ao nosso produtor de bananas que essa Assembleia Legislativa dará o apoio que for necessário para garantir essa atividade e garantir a atividade econômica da sua família e da sua cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada e quem mais nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc nesta manhã de quinta-feira, quero voltar aos dois assuntos dos quais falei ontem, tentando aprofundar e precisar melhor algumas questões, algumas informações e pontos de vista.

Ainda no caso do assassinato cometido contra o sargento Claudio, da Polícia Militar, há 20 e poucos dias, o que provoca mais indignação é que não houve o pedido de prisão preventiva, já que não houve flagrante, ou seja, não foi preso no momento do fato e fugiu.

O filho do agente que matou a facadas o sargento Claudio foi recolhido ao PLIAT. E o pai que fez ato parecido não teve o pedido de prisão preventiva. Aliás, o jovem fugiu do PLIAT. Mas basta querer ir embora do PLIAT, porque é fácil fugir. O conceito do recolhimento dos menores também está errado em nosso estado.

O que indigna os praças e os familiares do sargento Claudio é a tese da suposta legítima defesa em favor do agressor, porque duas pessoas esfaqueadas não dá de acreditar muito em legítima defesa. E aí evidentemente que existem outras circunstâncias envolvendo o fato. Até porque se essa tese for mantida e continuar convencendo as autoridades do Ministério Público e depois o Judiciário, tem uma tendência razoável de o assassino do sargento Claudio ser absolvido. Está solto, apresentou-se na delegacia e foi solto, porque não houve pedido de prisão preventiva.

Haveria outra manifestação na tarde de hoje, mas os familiares resolveram cancelar, porque a Polícia Civil esta semana os chamou e mostrou a forma como está construindo o inquérito que, segundo informações, deverá estar concluído na semana que vem.

O sargento Claudio trabalhou pela Polícia Militar há quase 30 anos, na nossa capital. Não deve ter um palmo dos calçamentos e de asfalto, do

centro e dos bairros desta cidade, que não tenha a impressão e a marca do coturno do sargento Claudio fazendo a segurança da população.

Ele foi assassinado. Não existe qualquer ilação no sentido de que o sargento Claudio não tenha sido um bom profissional ou que de repente tivesse nas relações pessoais se envolvido com o outro lado da história. Era um cidadão honrado, pai de família, avô, trabalhador, profissional competente e dedicado à sua instituição, ao seu serviço e à defesa da população.

Eu espero que a legislação seja usada dentro da interpretação necessária, deputado Silvio Dreveck, como foi a sua fala, ontem, a respeito disto. A legislação existe para prender e para soltar. Inclusive o Estatuto da Criança e do Adolescente existe e está baseado no Código Penal. E isso não quer dizer que deve se passar sempre a mão na cabeça e sempre mandar embora. O menor precisa de proteção, mas precisa da disciplina e do poder do estado para fazer cumprir a disciplina, porque o jovem que esfaqueou por duas vezes, pelas costas, o filho do sargento Claudio foi recolhido ao PLIAT, Plantão Institucional de Atendimento ao Adolescente, mas fugiu. E repito, só não foge quem não quer.

Diversos doutos entendem que nem a Polícia Civil nem a Polícia Militar devem chegar lá perto. Mas não dá para se ter ressocialização onde não existe disciplina. Tirar alguém da liberdade ou tirar a liberdade de alguém é uma medida de força. E as autoridades e doutores em Sociologia, em Direito, não entenderem que é uma medida de força para quem não tem jeito de se ressocializar, porque senão esses lugares de recolhimento de menores, ou de prisão de adultos, serão sempre uma balburdia. E onde não tem disciplina, não tem organização, não dá para ter ressocialização. Essa é a tese pela qual se debate.

Então, tem muito da interpretação também, porque o estado não consegue fazer vaga nos presídios e penitenciárias, porque estão desenvolvendo a tese: não, temos que optar por

deixar livre, porque é a melhor forma para ressocializar.

Que ressocializar? Eles continuam cometendo barbaridades na rua, este é o fato. E a interpretação está mais errada do que a lei, repito, a interpretação das autoridades está mais errada do que a lei, porque existe lei para prender também, não só para soltar. Esta é a nossa avaliação deste momento que estamos vivendo.

Outro fato que também queria falar hoje foi o relato da suposta paralisação dos médicos, na tarde de ontem, contra o convênio pela vinda de médicos estrangeiros para trabalhar no Brasil.

Quero fazer referência ao repórter Roberto Salum que está presente. Quero dizer que não tenho absolutamente nada contra a sua pessoa. Opiniões são opiniões. Existe fato que me revolta, assim como te revolta. E é bom que se possa defender o mesmo ponto de vista em algumas questões que revoltam a maioria dos trabalhadores da Segurança Pública.

Vamos fazer esse registro da mesma forma a todos que têm acompanhado esse debate e pedido inclusive para fazer essa participação. Colocamos advogados à disposição da família para fazer aquilo que for possível.

Mas na manifestação dos médicos levantaram a plaquinha "Revalida Já". Pois defendo que se revalide, inclusive, os cursos de Medicina do Brasil. Quanto às faculdades de Medicina, as corporações médicas do Brasil, fazerem uma prova para os médicos estrangeiros que eles não querem que venham para o Brasil, evidentemente que a maioria não vai passar.

Posso dizer daqui que se for aplicada a mesma prova, na mesma data, para os médicos formados no Brasil, eles também não passam, ou a maioria não passa. Há restrição inclusive para a criação de novos cursos, de novas vagas para Medicina. Existe pressão das corporações médicas para que não haja mais cursos de Medicina.

A OAB faz uma prova para ser advogado, e por que as corporações médicas não fazem uma prova para ser médico, depois de fazer a faculdade de

Medicina, para todos, para os brasileiros inclusive? Por que os médicos não querem ir para o interior? Porque lá não há uma grande clientela capaz de pagar um plano de saúde bem caro ou os serviços de forma particular. Dizem que lá não há os equipamentos necessários, é verdade. Mas é preciso dizer também que não há equipamentos porque as faculdades de Medicina estão formando médicos para pedir todos os exames possíveis, antes de conversar com o paciente. Porque a indústria dos equipamentos médicos e o enriquecimento de alguns através da fila de exames que se pede sempre que alguém chega perto de um médico é que está determinando os rumos da saúde pública no nosso país.

Então, sabemos que trazer médicos estrangeiros é um paliativo, que o problema é mais profundo e precisa ser debatido, mas é um paliativo necessário, até para que as faculdades de Medicina entendam que precisam formar gente para trabalhar para a população e não como perspectiva de formar gente que queira trabalhar apenas para quem tem dinheiro para pagar plano de saúde. Este recado também precisa ser dado. E somos favoráveis, sim, à contratação dos médicos estrangeiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente, quero falar sobre uma frase e com a mesma fazer uma análise do tema que quero compartilhar com todos hoje.

"Colocaram o bode na sala." A expressão nos leva a crer que um bode na sala fede e, portanto, incomoda. E o negócio é tirar o bode para que todos continuem na sala! Pelo menos é isso que entendo! E tem o contrário também, ou seja, deixar o bode na sala para sair todo mundo. Mas acho que estão querendo tirar o bode e continuar na sala.

Eu vou fazer uma análise, começando pelas manifestações. As pessoas foram para as ruas, a princípio sem muita noção do que iriam reivindicar, sem liderança. Depois houve o auge das manifestações, quando todo mundo quis expor alguma coisa. O resultado disso atingiu Brasília, principalmente a presidente Dilma Rousseff. Porque quando se fala que a saúde, a segurança e a corrupção estão ruins, logo se entende que esse alvo atingiu Brasília.

Daí, inteligentemente, deputado Joares Ponticelli, presidente desta Assembleia, os marqueteiros reuniram-se e pensaram: "O negócio é que estão querendo tirar da nossa sala, que é Brasília, governo federal" - e não quero falar aqui do partido que está lá, mas da estrutura, do governo, do sistema -, "um recurso que fica concentrado aqui" - porque mais de 70% dos impostos ficam em Brasília. "Então, vamos colocar um bode na sala, porque colocando esse bode na sala pautamos a discussão da imprensa e tiramos o foco da saúde, segurança e corrupção. E como o foco está na corrupção, levamos a corrupção para onde? Para a política". E qual é o bode na sala? A reforma política.

Vamos pensar um pouquinho: a manifestação começou para baixar o preço da passagem, para colocar o país num caminho diferenciado, para fazer com que os partidos políticos, os políticos e os governantes virem-se, dêem uma volta e voltem-se novamente para os eleitores. E agora estão há uma semana, deputado Dado Chereim, discutindo plebiscito. Mas plebiscito do quê? "A solução do país está em saber se é voto misto ou proporcional, se podem fazer coligações, se o financiamento público da eleição é a saída".

"Então, agora vamos resolver". E a presidente Dilma Rousseff, inteligentemente, para dividir a carga, colocou o bode na sala. Mas colocou o bode na sala onde? No Congresso Nacional, e disse assim: "Eu entreguei uma carta de intenções e por mim vale". Por que nessa carta de intenções a presidente Dilma Rousseff não perguntou, por exemplo, se o povo quer a reeleição do Executivo

ou não? "Ah, isso não pode"! "Então, vamos discutir coligação de partido".

Vejam, para o povo que está precisando de saúde, segurança e educação, o que vai mudar se coliga ou não?! O que vai mudar, para o povo que está precisando de saúde e educação - e o governo federal não investe sequer 7% na saúde -, o financiamento público das eleições? Como vão fazer o financiamento público das eleições, se não há lista fechada de partido? O que vai mudar? É como se os problemas do país, como a falta de médicos e de exames, como transporte caro, estivessem na composição dos Legislativos, todos eles em todas as esferas.

Mas, não! Estamos discutindo plebiscito, e aí todo mundo se mexe! O Tribunal Superior se mexeu e disse: "Vamos cortar as férias e se chegar aqui aprovamos". Daí o governo federal manda para o Congresso, que se vai mexendo. Mas vão querer gastar R\$ 500 milhões para saber o que o povo está querendo saber e já falou nas ruas?!

Então, o bode na sala é o tal do plebiscito. E agora, quando ligamos qualquer rádio ou televisão, ou abrimos o jornal, qual é o comentário? Plebiscito! A base do governo está rachada porque parte quer plebiscito e parte não quer.

Por que não vamos discutir se o governo federal tem que investir pelo menos 10% da sua arrecadação em saúde? Por que não vamos discutir aqui essa concentração de recursos que fica no governo federal? Por que não vamos discutir a revisão da tabela SUS, que paga uma mixaria, e que os hospitais têm que se virar nos 30 para fazer alguma coisa? Não! Aí a presidente Dilma Rousseff coloca em discussão o plebiscito. Mas, no plebiscito, nada afeta ela. No plebiscito ela não tem que dividir recursos com os municípios; no plebiscito ela não tem que aumentar o investimento na saúde; no plebiscito não está lá que ela tem que revisar a tabela do SUS. Ah, daí é fácil! E o pior de tudo é que agora ouvimos nas ruas o seguinte: "Você é a favor do plebiscito ou não?".

Eu quero, deputado Manoel Mota, ouvir a opinião pública falando o seguinte: "Temos que

revisar a tabela SUS." "Temos que diminuir a concentração de recursos que fica em Brasília, passando aos municípios, onde a vida dos cidadãos acontece."

Digo mais uma vez aqui o que vai mudar para o cidadão que está há meses, há anos esperando o atendimento do médico. O que vai mudar no sistema público de transporte desse país uma lista fechada de votos? O que vai mudar o financiamento público das eleições? O que vai mudar se pode ou não pode a coligação? O que vai mudar? Vai baixar o preço das passagens? Vai desonerar o óleo diesel dos caminhoneiros? Vai baixar o preço do pedágio neste país? Vai fazer com que o governo faça o papel dele, quando cobra nos combustíveis a manutenção das rodovias e não o faz? O que vai mudar minha gente?

Eu venho aqui para que possamos ter esse outro lado. Eu aprendi na faculdade que não existe isenção. O camarada quando vai fazer uma reportagem, eu como jornalista, ou qualquer um dos companheiros, quando vai fazer uma reportagem, quando você escolhe uma fonte, você já está fazendo uma escolha, não existe isenção. Mas quero trazer aqui a análise disso, é óbvio, não de vocês deputados que entendem isso, mas do cidadão que nos está acompanhando.

Ah, o documento levado pela sra. presidente e pelo seu vice-presidente ao Congresso Nacional, esse documento que parece que é a receita para todos os males, o que vai mudar na vida do cidadão? Ou não é um bode na sala que colocaram para que o bode saia e eles continuem em Brasília com ...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o sr. presidente, os srs. deputados, o deputado Padre Pedro Baldissera e a deputada Ana Paula Lima.

Gostei do debate do deputado Kennedy Nunes, primeiro, porque não se muda o país do dia para a noite na questão da distribuição dos seus recursos, tendo em vista o comprometimento do estado que tínhamos há dez anos.

Aqui tem dois bons temas para debater, mas não teremos tempo em apenas dez minutos. Porém, temos que ter claro que em dez anos quase 40 milhões de pessoas saíram da linha de miséria e que para se fazer um programa habitacional do jeito que está aí precisa-se de subsídios, e o estado e o município não fazem, porque isso é política macro.

Quando você verifica um programa de zero a três salários mínimos para habitação, em que o cidadão vai pagar 5% da sua renda familiar, que não dá R\$ 100,00, e vai pagar por 10 anos? Qual o estado e o município que bancaria isso neste país, dando teto a milhões de brasileiros que não tinham esse recurso? E esse dinheiro tem que vir de algum lugar.

A dívida pública que assumimos é o estado e o município que vão pagar? Ou o estado, do dia para a noite, vai criar milagres para fazer esse pagamento?

Quanto aos pedágios que existem neste país, quais são os mais caros e os mais baixos? Qual é o custo do pedágio federal das estradas e dos estados, a exemplo de São Paulo, Paraná e o próprio Rio Grande do Sul, onde o nosso governo tentou romper com o pedágio? Lá, para fazer 70km, 100km gasta-se R\$ 20,00 de pedágio.

Eu sei que a tabela SUS tem que melhorar, pois sou médico. E transparência pública é importante no Congresso. Mas como é que do dia para a noite o Congresso e o Senado fazem a leitura e o julgamento de 1.500 vetos que estavam há dez anos pendurados nos cabides de emprego ou nos cabides dos armários daquele Congresso, que não eram votados?

Então, o plebiscito não é um bode na sala. Plebiscito é fazer uma dinâmica de mudança da história deste país, com reforma política que o Congresso Nacional não teve e não tem coragem de fazer, por um conjunto de *lobbies* que existem lá dentro.

Eu sei que podemos questionar saúde. No entanto, o Brasil não é o país de menor investimento em saúde no globo terrestre. Nós investimos próximo de 5.4% do PIB nacional. Isso é mais do que o investimento da grande maioria dos países desenvolvidos.

Sabemos que temos um problema de gestão grave nos hospitais, e não apenas na rede pública, porque na rede pública tem mais transparência.

Então, para fazer reformas políticas, o plebiscito é neste sentido, para conscientizar de que alguma coisa tem que ser feita neste sentido.

Confesso que não seria o melhor remédio para mim, mas existem momentos em que é preciso apresentar algum, e o contexto da mobilidade nacional, sem liderança, sem direção e sem vanguarda, porque as redes sociais levaram a isso, foi um movimento que em determinado momento tomou um viés de direita, à medida que despolitiza a democracia, defendendo a inexistência de partidos políticos. Que democracia é forte sem partidos políticos, neste país?

Quanto à reforma política, quando se vai debater financiamento público ou não de campanha, eu pergunto, deputado Reno Caramori, o que é o fundo partidário neste país, que todos os partidos recebem? Isso é financiamento público para a manutenção dos partidos do Brasil, e todos os partidos têm. Então, tem que acabar com o fundo partidário no Brasil.

Agora, uma coisa é certa, o financiamento público, o controle exato da corrupção se dá reduzindo e não permitindo investimento privado em campanha, que faz com que, neste país, eleja-se deputados dos *lobbies* econômicos e não aqueles que democraticamente defendem direito de cidadania pública.

Então, eu faço o debate da saúde com muita tranquilidade, porque sou médico. A questão dos médicos, no Brasil, foi uma questão de paradigma, ou vamos dizer que não pode vir engenheiro para o Brasil? Só na área óleo e gás, na linha do petróleo, precisamos de 50 mil profissionais. Temos que ter critério nesta vinda? Sim. Do ponto de vista de qualidade e tudo mais. E não me venha dizer que em Cuba os médicos estudam só quatro anos e meio, porque não é verdade.

São 1.300 cidades brasileiras que não têm médico. E nós precisamos criar estrutura de atendimento, sim. Não adianta só médicos, tem que ter estrutura de exames, condição de trabalho adequado e principalmente estímulo para que os médicos que estão na capital procurem desenvolver um trabalho no interior.

Então, o debate que faz o deputado Kennedy Nunes, quando questiona o bode na sala da presidente Dilma, gostaria de dizer que nos orgulhamos deste governo, como Partido dos Trabalhadores, porque fez a transformação social e econômica do país.

E não me venham falar em "pibinho", porque com esse "pibinho" ainda somos uma das economias que mais têm crescido no globo terrestre, com estabilidade. Somos um país com distribuição de renda e inclusão de um povo que não tinha alimento na sua mesa há dez anos, ou isso não é verdade?

Quando se fala da concentração de recursos em Brasília, não foi o nosso governo, deputada Ana Paula, que fez isso. É consequência de uma conjuntura econômica e de uma política histórica que levou a isso e que se ampliou no governo de Luiz Henrique, com o neoliberalismo.

A Petrobras tem investido neste país com as pesquisas. Qual município que faz escola técnica neste Brasil, universidade pública? Isso é o governo federal atuando. Aí temos que ter política de inclusão pensando no país como um todo.

Eu defendo, sim, a reforma tributária para desconcentrar recursos de Brasília, com uma construção gradativa para isso. Agora, essa reforma não sai por quê? Por que o Congresso não

votou? Pelas circunstâncias dos estados, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que têm a grande maioria dos deputados federais. Essa é a discussão clara que devemos ter e não nos concentrarmos em quem é culpado.

Por que não sai a reforma tributária? Por que não se discute a reforma do Judiciário neste país? Interessante que todo mundo tem medo do Judiciário e agora vem dizer que é somente o governo federal. Quantos processos têm empacados nesse Judiciário que tem 60 dias de férias, que tem 14º, 15º? São coisas que se tem neste país e que temos que discutir.

Não é apenas um item, deputado Sargento Soares, o médico é apenas a ponta de um iceberg. Do dia para a noite acho que o nosso governo puxou um debate desnecessário, na lógica política, mas necessário para a resolução exata do país de alguns temas que são emblemáticos, mas que temos que mudar.

Por que o governo do estado não distribui os recursos para seus municípios, então? Vamos fazer a mesma coisa aqui, seguir o Orçamento Regionalizado, que são as demandas específicas das cidades. Aqui nesta Assembleia não passou, e a base do governo fez o quê? Vota aqui a distribuição dos recursos para os municípios de forma equalitária como vem defendendo o estado.

O que temos que ter claro aqui também é o tal do voto secreto nesta Casa. Esse voto secreto é uma forma de estar se escondendo, muitas vezes, e é um debate que o Congresso começou a fazer, e precisamos discutir a quebra desses paradigmas.

Por isso, enquanto deputado do Partido dos Trabalhadores, médico privilegiado neste país pelas circunstâncias de vida que tenho, orgulho-me da bandeira deste partido com uma estrela, que tem representado a perspectiva de vida de milhões de brasileiros.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passamos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Na ausência de oradores deste partido, o próximo é o Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, pela determinação de nosso líder, Silvio Dreveck, uso a tribuna para trazer um assunto que foi tratado ontem, em Curitiba, sobre o Fórum Parlamentar Catarinense, por requerimento do Marco Tebaldi que solicitou uma audiência com o presidente da EPL, Empresa de Planejamento e Logística, do governo federal, dr. Bernardo Figueiredo, para tratarmos de um assunto de suma importância para Santa Catarina e para o Brasil.

Nós temos o problema da ferrovia. Vamos tratar de uma rodovia que foi assunto da pauta dessa audiência com o dr. Bernardo Figueiredo, a rodovia que sai de Maracaju. Ela vem pelo Paraná, entra em Guaíra, passa por Cascavel e chega a Garapuava. E aí temos a grande discussão dos catarinenses. Existem três opções para atingir Maracaju com o litoral catarinense e paranaense, deputado Silvio Dreveck. E pelo que entendi uma das opções já é questão *sine qua non*, já está resolvida, já está decidida, que é o trecho da Lapa, de Guarapuava, Engenheiro Bley, que é na Lapa, descendo para Paranaguá.

Transpondo aquela serra, segundo dados da Universidade Federal do Paraná, os 100 quilômetros custarão aproximadamente ao governo federal R\$ 3 bilhões.

A segunda opção, aí vem, sim, privilegiar Santa Catarina, principalmente a nossa região, que é meritório sócio e economicamente, segundo meu entendimento, que seria de Guarapuava a Porto União, Mafra e desceria para o Porto de São Francisco, onde atingiria então a Ferrovia Litorânea que hoje está com o projeto sendo finalizado, feito por uma empresa privada. O projeto foi contrato pelo DNIT e até meados de dezembro, pelas informações do dr. Bernardo Figueiredo, o projeto ficará concluído.

Atingindo o Porto de São Francisco por esse segundo traçado, teremos a opção da distribuição com os outros cinco portos de Santa Catarina e, inclusive, com o porto de Paranaguá, onde gastaremos R\$ 1 bilhão, estimativa do custo dessa obra.

A terceira opção que também privilegia Santa Catarina seria de Guarapuava a Engenheiro Bley, que é na Lapa, descendo a Mafra e atingindo o Porto de São Francisco.

São três opções que devem ser tratadas com muita responsabilidade. Se o Paraná já foi resolvido pelo governo federal, está garantida a obra mesmo custando R\$ 3 bilhões, ou seja, dois bilhões a mais, atingindo o mesmo objetivo, com as condições de essa ferrovia distribuir pelos postos de Santa Catarina e também de Paranaguá, no Paraná. Temos a terceira opção, que seria a de Engenheiro Bley e da Lapa, atingindo Mafra com a ligação que já temos através da Rede Ferrovia Paraná/Santa Catarina, que é antiga, atendendo a Porto União, Caçador e municípios do alto vale do Rio do Peixe e que vai interligar com a Rodovia do Frango. Essa não foi tratada ontem especificamente.

Então, queremos fazer este registro e também um apelo ao governo do estado de Santa Catarina: precisamos mover uma ação urgentemente para mostrar ao governo federal que esta é uma opção que não pode ficar fora do processo, ou seja, o projeto de estudo de viabilidade técnica e econômica deve ser feito urgentemente.

Não temos nada contra o Paraná, pelo contrário, acho que o estado do Paraná tem todo o direito de reivindicar, mas temos que estudar a maneira, qual é a prioridade, ou seja, a prioridade um, a prioridade dois, a prioridade três. Se o governo federal tem o dinheiro para as três obras, melhor ainda. Quero crer que não, porque estamos com o PAC 1 ainda não concluído e o PAC 2 iniciando em algumas obras. Então, ficamos atrelados a esse projeto de viabilidade técnica e econômica desse trecho.

Bom, a Valec é a empresa que vai fazer o projeto da viabilidade técnica do trecho da Lapa, Mafra ao Porto de São Francisco. Da mesma forma Paranaguá, Porto União, Mafra ao Porto de São Francisco. Duda Bernardo assumiu o compromisso com Santa Catarina de nos informar o andamento de viabilidade que será executado pela Valec.

Por isso, trago essa informação aos catarinenses, mostrando a nossa preocupação. A comissão de Transporte, por mim representada ontem em Brasília, chegou à conclusão de que no Paraná a obra já está garantida, mesmo com um custo de R\$ 3 bilhões. Então, temos que brigar pela nossa obra, em Santa Catarina, que terá um custo de um terço da obra do Paraná.

Por isso, faço um apelo ao líder do governo, para que possamos numa reunião com o Deinfra de Santa Catarina, com o governo estadual, tentar viabilizar um processo de arrancada, para mostrarmos ao governo federal que não podemos ficar fora desse processo. Com a abertura dos portos, com essa dinamização que foi feita nos portos de Santa Catarina, outros portos vão se adequar ao transporte de grãos. Mesmo os portos privados vão colocar uma parte do seu porto para atender aos graneleiros.

Então, precisamos realmente dinamizar isso para que Santa Catarina continue sendo um estado pequeno, promissor e produtor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISERA - Presidente Kennedy Nunes, ao mesmo tempo em que o saúdo também saúdo todos os deputados e deputadas.

Gostaria de pontuar pelo menos sobre dois temas que julgo importantes. Inicialmente quero fazer apenas um destaque sobre o que está acontecendo nesta Casa, deputado Mauro de Nadal, v.exa. que tem participado da abertura do II

Seminário de Práticas Integrativas e Complementares da região sul do nosso país. São em torno de 400 participantes que se dividem em várias oficinas de debate, de discussão, no sentido de fazerem, além de uma troca de saberes, uma troca de experiências sobre as diferentes práticas integrativas complementares da região sul, ligadas ao SUS, que vêm desde 2006 para cá intensificando esse trabalho extraordinário, alternativo e importantíssimo no atendimento a população dos diferentes estados

Feita a menção dessa atividade chamada pela comissão de Saúde desta Casa, que tem como presidente o deputado Volnei Morastoni, gostaria de fazer menção a duas questões. Primeiramente, faço um destaque ao 13º Congresso Estadual da Famesc, realizado neste último final de semana, em Araranguá. O congresso da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina foi realizado com sucesso, e o debate central foi o papel do estado no que diz respeito às políticas públicas neste estado.

Estiveram presentes mais de 100 entidades. Houve uma participação expressiva de lideranças de todas as regiões deste estado. Na oportunidade também se fez a eleição da nova diretoria. Até então estava na presidência Allan Rodrigo Alcântara, e assumiu em seu lugar o Tannay Vaz Júnior, do município de Tijucas, que terá agora a responsabilidade de coordenar a Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc).

Como disse, a temática tem levado ao debate as políticas públicas fundamentais e necessárias no atendimento à nossa população. Com certeza, em toda essa reflexão tem-se feito menção e o destaque da construção de um estado sempre e cada vez mais forte, no sentido de atender com segurança, convicção e firmeza às diferentes demandas da população deste estado e defender um estado forte contrapondo-se ao sistema capitalista, neoliberal, que exclui da participação, das decisões, a grande maioria da

população, um estado forte que respalda a participação e ao mesmo tempo o papel do cidadão.

Essa tem sido a grande temática que envolveu o debate ao longo dos dois dias. É claro que a Federação tem realçado o importante papel estratégico da organização, da participação dos moradores, pois dessa forma consegue-se o atendimento às diferentes demandas.

O Congresso apontou algumas tarefas que são extremamente importantes e que norteiam todo o debate da federação, entre elas o encaminhamento interno de reflexão e debate, no que diz respeito à reforma política no nosso país, fazendo com que ela possa dar respostas aos anseios e à insatisfação de nossa população. Ao mesmo tempo também aprofundar diagnóstico sobre o cenário das políticas públicas em Santa Catarina, no sentido de uma ampla consulta às lideranças e entidades que fazem parte da base de cada região e de cada município. Também participar ativamente de fóruns, através de campanhas e demais formas de luta que visem a garantir serviços públicos de qualidade à população. Como assim também a participação no que diz respeito à definição, seja do orçamento do estado, do plano plurianual ou de outros planos e programas, garantindo assim a participação popular e também políticas públicas voltadas para a grande maioria da nossa população. Esse congresso visa também a garantir a ampla e imediata democratização dos conselhos estaduais. Entre eles um destaque especial ao conselho de Direitos Humanos e ao conselho da Juventude.

Foi um encontro extremamente positivo, que resultou em alguns encaminhamentos fundamentais e que têm apelo social. Entre eles a extinção imediata das secretarias regionais no estado de Santa Catarina.

Outro apelo que julgamos extremamente importante tem sido de que o governo do estado possa cumprir com o acordo da negociação salarial dos militares estaduais.

Foram apelos que dizem respeito a setores importantes da nossa sociedade, como a questão do acordo salarial que envolve os militares

estaduais, bem como a questão que diz respeito às secretarias regionais.

Nesse sentido, queremos aqui parabenizar por mais esse grande e importante evento: o 13º Congresso Estadual da Famesc, onde se tem debatido com profundidade toda essa temática que envolve as políticas públicas no estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0008/2013, 0027/2013, 0054/2013, 0093/2013, 0138/2013, 0156/2013, 0161/2013, 0194/213, 0212/2013, 0215/2013, 0256/2013, 0534/2012, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0131/2013, 0139/2013, 0141/2013, 0142/2013, 0144/2013, 0162/2013, 0166/2013, 0167/2013, 0168/2013, 0192/2013, 0286/2012, 0325/2012, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Comunica, igualmente, que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0094/2013, 0154/2013, 0202/2013, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Também comunica que a comissão de Prevenção e Combate às Drogas apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0136/2013, de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0081/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0159/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0168/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que enviará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0416/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0432/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários os Requerimentos n.s: 0722/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0723/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0724/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0725/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0726/2013, 0727/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0728/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; 0729/2013, 0730/2013 de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0731/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0732/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente da Fecam, cumprimentando-o pela passagem dos 33 anos de serviços prestados pela mencionada entidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0056/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao ministro das

Cidades e demais autoridades, solicitando a adoção de medidas emergenciais visando à revogação imediata das resoluções do Contran n.s: 429/12 e 434/13.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0067/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, pedindo informação sobre os trâmites administrativos adotados nos casos de infrações de trânsito decorrentes da combinação álcool e direção.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em comemoração ao centenário de nascimento do antropólogo catarinense Egon Schaden.

Está encerrada a sessão.